

neas a) e b) do n.º 2.º, com excepção dos referidos na alínea b) deste número;

- b) Candidatos que hajam concluído no ano lectivo imediatamente anterior o bacharelato ou o curso superior a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 2.º;
- c) Candidatos titulares dos cursos equiparados ao grau de bacharel a que se referem as alíneas c) a f) do n.º 2.º;
- d) Candidatos titulares dos bacharelatos e das licenciaturas a que se referem as alíneas g) e h) do n.º 2.º

2 — Os candidatos que satisfaçam simultaneamente os requisitos para a inclusão nos contingentes a que se referem a alínea d) e qualquer outra alínea serão considerados no contingente a que se refere a alínea d).

3 — A percentagem das vagas fixadas nos termos do n.º 3.º a afectar a cada contingente será a seguinte:

- a) Contingente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do n.º 5.º — 45 %;
- b) Contingente a que se refere a alínea b) do n.º 1 do n.º 5.º — 20 %;
- c) Contingente a que se refere a alínea c) do n.º 1 do n.º 5.º — 25 %;
- d) Contingente a que se refere a alínea d) do n.º 1 do n.º 5.º — 10 %.

2 — O n.º 12.º da Portaria n.º 372/88 passa a ter a seguinte redacção:

12.º

Colocação

1 — A colocação dos candidatos obedecerá à seguinte sequência:

- a) Em primeiro lugar, são colocados os candidatos do contingente a que se refere a alínea b) do n.º 1 do n.º 5.º;
- b) As eventuais vagas sobranes da operação referida na alínea anterior são adicionadas às vagas do contingente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do n.º 5.º;
- c) Seguidamente, são colocados os candidatos do contingente a que se refere a alínea d) do n.º 1 do n.º 5.º;
- d) As eventuais vagas sobranes da operação referida na alínea anterior são adicionadas às vagas do contingente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do n.º 5.º;
- e) Seguidamente, são colocados os candidatos do contingente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do n.º 5.º;
- f) As eventuais vagas sobranes da operação referida na alínea anterior são adicionadas às vagas do contingente a que se refere a alínea c) do n.º 1 do n.º 5.º;
- g) Seguidamente, são colocados os candidatos do contingente a que se refere a alínea c) do n.º 1.
- h) Finalmente proceder-se-á à colocação dos candidatos não colocados reunidos num contingente único nas vagas eventualmente sobranes da operação referida na alínea anterior.

2 — As vagas eventualmente sobranes deste processo não serão utilizáveis para qualquer fim.

2.º

Aditamentos

À Portaria n.º 372/88 são aditados os n.ºs 25.º-A e 25.º-B, com a seguinte redacção:

25.º-A

Grau de licenciado em Controlo de Gestão

Aos titulares do diploma de estudos superiores especializados em Controlo de Gestão do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico de Coimbra que hajam ingressado no respectivo curso com a titularidade de uma das habilitações a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 2.º é conferido o grau de licenciado em Controlo de Gestão.

25.º-B

Classificação final da licenciatura

A classificação da licenciatura é a resultante do cálculo da expressão seguinte, arredondada às unidades, considerando como unidade a fracção não inferior a cinco décimas:

$$\frac{3B + 2D}{5}$$

em que:

B é a classificação final do curso de bacharelato;

D é a classificação final do curso de estudos superiores especializados.

3.º

Entrada em vigor

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério da Educação.

Assinada em 29 de Agosto de 1990.

Pelo Ministro da Educação, *Alberto José Nunes Correia Ralha*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 916/90

de 28 de Setembro

Pela Portaria n.º 409/90, de 31 de Maio, foram aprovadas as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde em relação a todos os subsistemas de saúde cujos beneficiários a ele recorram, bem como

em relação a quaisquer entidades, públicas ou privadas, responsáveis pelo pagamento.

Na referida portaria estabeleceram-se pela primeira vez preços por doente tratado por grupos de diagnósticos homogêneos (GDH) relativamente aos hospitais em que esta classificação já está a ser utilizada.

A experiência colhida na execução do citado diploma tem vindo a revelar não só a necessidade de contemplar nos preços dos GDH alguns actos especiais que constam da tabela fixada no seu n.º 12.º como ainda de esclarecer com precisão e pormenor as situações relativas à transferência de doentes entre hospitais, à facturação dos internamentos de curta e longa duração e ao pagamento dos actos de urgência e de estada em SO de doentes internados.

Assim:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 57/86, de 20 de Março:

Manda o Governo, pelo Ministro da Saúde, que o n.º 4.º da Portaria n.º 409/90, de 31 de Maio, passe a ter a seguinte redacção:

4.º
1 —
2 —

2.1 — Na transferência de doentes para outros hospitais por inexistência de recursos nos hospitais que transferem são aplicáveis as seguintes regras:

2.1.1 — Os hospitais que transferem facturam o número de dias de internamento até à transferência aos preços, por dia de internamento, constantes da coluna F (100% do preço por dia de internamento do respectivo GDH), não podendo exceder, no entanto, 50% do preço do respectivo GDH;

2.1.2 — Exceptuam-se do disposto no ponto anterior os GDH 385 e 456, em que há lugar ao pagamento por inteiro;

2.1.3 — Os hospitais que recebem os doentes transferidos facturam por inteiro o preço dos respectivos GDH.

2.2 — Na transferência de doentes para outros hospitais para continuidade de prestação de cuidados são aplicáveis as seguintes regras:

2.2.1 — Os hospitais que transferem facturam por inteiro o preço dos respectivos GDH;

2.2.2 — Os hospitais que recebem os doentes transferidos para continuidade de prestação de cuidados facturam por inteiro os GDH específicos para seguimento (GDH 465 e 466);

2.2.3 — Exceptuam-se do disposto no ponto anterior os casos em que o preço dos GDH 465 ou 466 exceda o preço dos GDH em que o doente foi classificado nos hospitais que efectuaram a transferência (GDH de origem), situações em que os hospitais que recebem os doentes transferidos facturam o número de dias de internamento até à alta aos preços, por dia de internamento, constantes da coluna F (100% do preço por dia de internamento do GDH de origem), não podendo, no entanto, exceder 50% do preço deste GDH.

2.3 — Na transferência de doentes por inexistência de recursos nos hospitais que transferem, seguida de transferência para outros hospitais para continuidade de prestação de cuidados, são aplicáveis as seguintes regras:

2.3.1 — Os hospitais que efectuam a primeira transferência facturam de acordo com o disposto

em 2.1.1 e 2.1.2; os hospitais que recebem os doentes transferidos após a primeira transferência facturam de acordo com o disposto em 2.2.1; os hospitais para os quais é efectuada a última transferência facturam de acordo com o disposto em 2.2.2 e 2.2.3.

2.4 — Relativamente aos doentes cujos tempos de internamento sejam iguais ou inferiores aos limiares inferiores de excepção definidos na coluna H, os hospitais facturam, por dia de internamento, os preços constantes da coluna F da referida tabela (100% do preço por dia de internamento do respectivo GDH).

2.5 — Relativamente aos doentes cujos tempos de internamento sejam iguais ou superiores aos limiares superiores de excepção constantes da coluna I, os hospitais facturam o preço dos respectivos GDH e ainda, por cada dia de internamento para além daqueles limiares, os preços constantes da coluna G da mesma tabela (60% do preço, por dia de internamento, do respectivo GDH).

3 — O preço do GDH compreende todos os serviços prestados no internamento, incluindo cuidados médicos, hotelaria e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

3.1 — Nas situações em que o internamento se tenha processado através do serviço de urgência deverão ser facturados, para além dos preços do GDH, os actos aí praticados, de acordo com o estabelecido nos n.ºs 8.º e 9.º, desde que compreendidos no período de 24 horas após a admissão.

3.2 — Nas situações em que as transferências de doentes impliquem o seu transporte em helicóptero da Força Aérea Portuguesa ou em ambulância, deverão ser facturados, para além dos preços dos GDH, os custos dos respectivos transportes, conforme o estabelecido no n.º 12.º

4 — Para as valências de psiquiatria e reabilitação para as quais não esteja definido nenhum GDH aplicam-se as diárias referidas no n.º 2.º

5 — Nos casos dos doentes submetidos a implante coclear, litotricia, transplante de medula, transplante articular e intercalar, transplante da córnea, implante de lente intra-ocular e cirurgia da vitreorretinopatia a facturação deverá ser efectuada de acordo com o disposto nos n.ºs 2.º e 3.º, não sendo aplicáveis os preços dos respectivos GDH.

Ministério da Saúde.

Assinada em 6 de Setembro de 1990.

O Ministro da Saúde, *Arlindo de Carvalho*.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 917/90

de 28 de Setembro

A Portaria n.º 599/86, de 13 de Outubro, numa linha de racionalização e simplificação administrativa, procurou obter um encurtamento significativo do período que media entre o requerimento das pensões do